

OS DESAFIOS DO ECOTURISMO EM ANGOLA: TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

The challenges of ecotourism in Angola: sustainable development trends

EZEQUIAS, José Eduardo¹

Resumo

Este é um estudo teórico descritivo, que se apoia nos métodos Histórico – lógico, Análise e síntese e matemático-estatístico, para fazer uma incursão sobre a evolução do turismo em Angola. Apresenta resultados sobre o desempenho da economia do turismo em Angola caracterizado por uma redução acentuada na demanda de turistas, motivada, em parte, pela recessão económica e, também, pela falta estratégias de desenvolvimento do ecoturismo que impedem que o país seja um destino turístico. O ecoturismo, a partir das metas do Rio 92 e da Agenda de Desenvolvimento do Milénio 2030, pode gerar emprego, desenvolvimento social e uma nova atitude e consciência de sustentabilidade. Para isso é necessário um esforço conjunto. Este é o objetivo da presente investigação: apresentar os desafios para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo em Angola.

Abstract

This is a descriptive theoretical study, based on the Historical - logical and Analysis and synthesis methods, to make a foray into the evolution of ecotourism in Angola. It presents results on the performance of the tourism economy in Angola characterized by a sharp reduction in tourists, motivated, in part, by the economic recession and, also, by the lack of tourism development strategies that prevent the country from being a tourist destination. Based on the Rio 92 goals and the 2030 Millennium Development Agenda, ecotourism can generate jobs, social development and a new attitude and awareness of sustainability. This requires a joint effort. This is the objective of this research: to present the challenges for the sustainable development of ecotourism in Angola.

Palavras-chave: *Ecoturismo; Sustentabilidade; Desenvolvimento; Angola.*

Keyword: *Ecotourism; Sustainability; Development; Angola.*

Data da Submissão: junho de 2021 **Data da Publicação:** junho de 2022

¹JOSÉ EDUARDO EZEQUIAS - Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Cuito Cuanavale, ANGOLA. E-mail: drezequias@gmail.com

INTRODUÇÃO

Angola, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE 2018), tem uma taxa de desemprego acima dos 25%, uma taxa de crescimento anual de 1%² e um nível geral de preços de 17%. A mudança desta estatística desanimadora é uma tarefa integral. Diante do alto desemprego; produção inexistente de bens e serviços; fraco desenvolvimento econômico e social das suas populações rurais, a indústria do ecoturismo pode assumir um papel decisivo para a mudança que se presente.

Contudo, vários desafios são colocados ao país para instrumentalizar o ecoturismo e a sua força como alavanca do desenvolvimento. Angola vem registando uma redução gradual na demanda de turistas, acompanhada de uma desestruturação do sector hoteleiro e fraco acondicionamento dos seus recursos turísticos. Este cenário é consequência da crise económica e financeira, que o país regista desde 2014, quando a redução do preço do petróleo no mercado internacional (de 117 USD para 37 USD o Barril de Petróleo do mar do Norte), principal commodity nacional, afectou a economia de Angola. Os reflexos desta situação foram visíveis em todos os sectores, mas o turismo em particular perdeu impulso e tenacidade para continuar.

Apesar disso, o país é considerado um destino turístico em potência, face os seus importantes recursos naturais e antrópicos: o favorável ambiente político-militar; as imensas praias; os parques e reservas naturais; clima; a fauna repleta e quase virgem; as potencialidades hídricas impares na Africa subsariana; os sítios, monumentos e museus; a sua história e sua interligação com o mundo; as tradições, costumes e a hospitalidade do seu povo. A gestão estratégica destes recursos no âmbito do ecoturismo, pode configurar uma importante fonte para a diversificação da sua economia e conservação do seu património natural. Para isto, pode contar como o apoio estratégico da Organização Mundial do Turismo, de quem é membro desde 1989 (Manuel, 2016).

Dados recentes da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2019) revelam que a indústria do turismo representa 10,4 % do Produto Interno Bruto mundial, chega a movimentar 1,340 mil milhões de dólares americano todo ano e criou cerca de 320 milhões de empregos em 2019 (um a cada dez emprego no mundo). Este comportamento do mercado foi muito influenciado em parte pelo dinamismo do turismo

² Informações do Ministério das Finanças revelam que o país se encontra numa recessão económica de 2014.

de massa e novos destinos, aliado a uma grande indústria de transportes e acessibilidade; melhorias nos sistemas de alimentação, bebidas e alojamentos; segurança e tranquilidade do destino; adoção de uma política de preços acessíveis e promoção e aplicação de estratégias estruturais e vinculativas.

Porém, em finais de 2019 e princípios de 2020, o sector do turismo teve um choque inesperado: Surgimento do novo coronavírus, responsável pela pandemia da covid-19, que emergiu em Wuhan, capital da província de Hubei, na China, e se expandiu para 217 territórios do Mundo, incluindo Angola. Está doença que obrigou a medidas de confinamento em quase todo mundo devido o seu alto grau de transmissão e tempo de letalidade, impediu o alcance das perspectivas da Organização Mundial do Turismo, que previa um movimento frenético e regular de 1,4 bilhões de turistas em 2020 (OMT, 2019).

O grande volume de encerramento de hotéis, a suspensão da maioria dos voos, a interrupção de linhas de cruzeiro e o aumento das proibições globais de viagens estão a ter um ‘efeito dominó’ catastrófico que afeta um grande número de prestadores de serviços em todo o mundo (WTTCa, 2020)³.

Está organização alertou que 50 milhões de empregos em todo o mundo estão em risco imediato e 320 milhões enfrentam o impacto da dramática perda de negócios (WTTCb, 2020).

Embora isto, os 17 Objetivos de Desenvolvimento do Millennium 2030, aprovados em 2015, em sede da Organização das Nações Unidas, A Agenda 2063 da União Africana e o Plano de Acção em matérias do Ecoturismo da Nova Aliança para o Desenvolvimento de Africa, segundo as Nações Unidas (ONU, 2017) reconhecem a importância do ecoturismo a médio prazo para impulsionar o desenvolvimento socioeconómico e a transformação estrutural do continente, mediante a adopção de políticas territoriais precisas e eficientes, a favor do desenvolvimento social e económico, mantendo visível a capacidade de carga e a preservação ambiental, assim como o respeito à cultura e o *modus vivendi* dos habitantes locais.

Com este artigo científico, pretendemos **apresentar os desafios para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo em Angola**, acreditando que existem no

³ <https://noticias.sapo.ao/economia/artigos/covid-19-setor-do-turismo-perde-diariamente-um-milhao-de-empregos-no-mundo> pesquisado em 4 de Maio de 2020.

país condições endógenas e exógenas para que a indústria do turismo possa contribuir, primeiro, para o desenvolvimento das comunidades locais, segundo, para ascensão do país como destino turístico e, terceiro, a conceção de uma filosofia de resiliência e sustentabilidade, sem deixar de vista o seu contributo a economia.

Método

Este é um estudo teórico que se apoia em fontes secundárias do Governo de Angola para poder fazer uma descrição do estado do sector do turismo nos últimos 7 anos. Para alcançar os objetivos propostos, empregou-se como método geral de investigação o dialético materialista, que permitiu penetrar no objeto de estudo, relacionando com os desafios do ecoturismo. Histórico – lógico: Análise da evolução sobre os processos de desenvolvimento vinculados ao ecoturismo em Angola e Análises e sínteses: para análise dos fatores que incidem nos resultados da gestão e extrair as regularidades que permitiram desenhar as etapas e estágios que conformam o desenvolvimento sustentável do ecoturismo de forma mais abrangente. Abstrato – concreto permitiu ao investigador analisar as particularidades do fenómeno estudado e com os Métodos Estatístico-matemático compilar, interpretar e descrever os dados obtidos no processo de investigação sobre o desempenho do mercado do turismo.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. Fundamentos teóricos e metodológicos acerca do desenvolvimento sustentável e o ecoturismo

Baptista (2019) define desenvolvimento económico como a “*elevação do padrão de vida da população geral*”. A partir desta definição o autor assume a dialética entre o desenvolvimento e a economia. A preocupação pela elevação do padrão de vida está por de trás de vários estudos sobre o desenvolvimento com reflexos económicos, que vale destacar:

- Os fisiocratas, durante o século XVIII, consideravam a terra o principal meio de produção, através da agricultura. Quesnay (1972), seu principal impulsor, afirmava que a “*terra fértil era o único fator de produção*”.

- Para os clássicos – com a Revolução Industrial e o surgimento do livro de Adam Smith, a Riqueza das Nações, em 1776 – o desenvolvimento económico era garantido através de terras férteis e o do capital;
- Marxistas – são um grupo de economistas clássicos, naturalmente sustentados por Carl Max e Frederic Engels, que por sua vez criticavam o desenvolvimento de uma só classe – burgueses e introduzem a valorização da força de trabalho.,

Estas três etapas bastante antagónicas entre si determinaram os marcos da teoria do desenvolvimento, referenciando a **terra, o capital e o trabalho** como os principais fatores de produção económica. Durante o século XX, a principal crítica a estes modelos radicou na preocupação pelo livre funcionamento do mercado e dos ciclos económicos. Talvez a obra genial do inglês John Maynard Keynes, publicada em 1933, não seja considerada o ponto de inflexão nas questões do desenvolvimento das nações e no pensamento económico, integrando filosofias clássicas e marxistas numa única fórmula. “Keynes defendia que o Estado podia contribuir significativamente nas oscilações dos ciclos económicos” (Samuelson & Nordhaus, 2001a, p. 5).

Para o contexto da investigação, são considerados cinco tipos de desenvolvimento: O **desenvolvimento rural** ligado à melhoria da vida às populações locais em três dimensões: política económica, sociocultural e administrativa; **Desenvolvimento Territorial**: vinculado à área geográfica; **Desenvolvimento Regional**: ligado à largura das regiões, pela língua, tradições, culturas, como é o problema com a comunidade local; **Desenvolvimento Humano**: Baseia mais em preocupações sobre equidade de género, segurança, sustentabilidade, garantias de direitos humanos, educação, renda, acesso ao mercado e outras que estão sendo incorporadas após a globalização do mundo; **Desenvolvimento Sustentável**: que significa responder as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (Da Costa, 2017a, p. 23).

Para reforçar as políticas estruturais neste segmento, o ano de 2017 foi declarado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) Ano Internacional do Ecoturismo para o Desenvolvimento Sustentável, para atingir as metas vinculadas a cinco áreas-chaves: Crescimento Económico Inclusivo e Sustentável; Inclusão Social, Emprego e Redução da Pobreza; Uso Eficiente dos Recursos, Proteção Ambiental e Mudança Climática; Valores Culturais, Diversidade e Património e Compreensão Mútua, Paz e Segurança.

Ao encerrar essa incursão vale considerar alguns condicionamentos do desenvolvimento verificados nos países de economia emergente com nexos ao ecoturismo:

- Aumento de população sem prever o crescimento da renda e da alimentação, como advertiu Malthus⁴ referenciado por Samuelson e Nordhaus (2001b, p. 535);
- A exploração irregular dos recursos naturais para as grandes potências para a produção de bens e serviços, em troca de míseros valores financeiros e destruição do ecossistema, que estão resultando em mudanças climáticas podem dificultar a continuidade da humanidade num ambiente sadio. “O modo de produção capitalista se estende aos resultados de produção e consumo. (...) Há um enorme desperdício na economia capitalista” (Marx, 2018).
- Recursos naturais são razões para tensões e contradições de grupos étnicos e trabalhos especialmente em África. A partir daí, formam-se grupos rebeldes e piratas que, a todo custo, atacam áreas com grandes depósitos de minerais e, às vezes, matam pessoas indefesas que vivem nestas regiões, causando instabilidade política, militar, econômica, social e ambiental, como manifestou Sacko da Comissão Permanente da União Africana⁵, em 2019. Mas o principal problema é que a riqueza que deriva da exploração oficial desses recursos algumas vezes não beneficia as populações locais e pode ser devido à ausência da má administração e distribuição aos necessitados;
- No contexto africano, a deterioração da situação social em áreas remotas onde existem recursos naturais, leva os habitantes locais a procurar alternativas de subsistência: caça furtiva; a venda e abate de espécies em extinção⁶; as queimadas e a desflorestação, como se falou na Segunda Conferência Nacional de Biodiversidade, em Uige (2017).

Além disso, Heredia et al. (2013) sintetizam outros entraves que os países subdesenvolvidos enfrentam e que consideramos, que são: Alto nível de endividamento e sérios problemas de financiamento ao nível do governo; Deformação infraestrutural profunda; Desenvolvimento insuficiente em muitos territórios; Eles apresentam sérios problemas de treinamento e qualificação para a força de trabalho e o tecido social; Dia-a-dia a população vive em extrema pobreza aumenta.

⁴ Robert Malthus (1766-1834)

⁵ Joséfa Sacko é a comissária da União Africana da Agricultura - 2019.

⁶As espécies procuradas no contexto natural da África para vender nos mercados mundiais relatados são os rinocerontes, os elefantes e os pangolins.

Em suma o desenvolvimento depende em grande medida da vontade política. O mesmo aplica-se às recomendações de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas na cúpula global sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, chamada Eco 92 ou Rio 92, que acabou sendo o marco fundamental para a luta pela melhoria do ecossistema, que contou com a participação de 170 países onde assumiram o desafio de incorporar nas suas políticas, princípios de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável e ecoturismo: definições e casos práticos

A modalidade de turismo mais associada aos desafios do desenvolvimento sustentável é o ecoturismo, face ao seu conceito de lazer vinculado a conservação ambiental e desenvolvimento económico que vamos ver mais adiante. Existem dois marcos fundamentais nas tarefas políticas para resolver a preocupação com o desenvolvimento sustentável: as metas do Rio 92 e os 17 Objectivos do Desenvolvimento do Millennium 2030 que definiram as acções essenciais para por fim a pobreza, propiciar prosperidade e bem-estar e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade ambiental e gerar impacto positivo as estruturas sociais e de conservação de cultura, factores muito interligados ao ecoturismo. “Os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas demonstram a escala e a ambição da Agenda universal. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a económica, a social e a ambiental” (ONU, 2020)⁷.

Sobre o ecoturismo, vários autores falaram do conceito e todos convergiram no mesmo, lazer e conservação da natureza, mas o autor assume a definição de Héctor Ceballos-Lascurain (1983) citada por Barros (1999), que interpreta o ecoturismo como aquele que se “dedica a viagens para áreas naturais não perturbadas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar a paisagem, suas plantas e animais selvagens, assim como as culturas passadas ou presentes que possam ter existido nessas áreas”. O termo ecoturismo recebe pela primeira vez divulgação popular em 1983 pelo Hector Ceballos-Lascurain, segundo Hector (1998). Mas o conceito tornou-se mundialmente conhecido a partir da Cimeira de Ecoturismo Mundial

⁷ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> pesquisado em 1 de Maio de 2020.

promovida pela Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, em 2002, na Cidade de Quebec, Canada.

Esta modalidade turística, segundo o OMT (2019) gera “um 7% de despesas em viagens internacionais, ao passo que o turismo em geral cresceu a uma taxa del 4% anual (...). O ecoturismo tem um crescimento entre os 10% aos 30%”. Compreende-se que o aumento da demanda dos turistas para ambientes mais naturais, a definição de novas zonas protegida, novas instalações hoteleiras, integração das comunidades em projetos turísticos e as distintas particularidades dos locais de ecoturismo, estão por detrás da nova tendência económica do mercado do ecoturismo

- Considera-se **atractivo turístico**, os locais e eventos que podem ser de interesse para indivíduos na utilização de seu tempo livre, tanto ativo, quanto passivo, e que estão fora do seu ambiente cotidiano e necessidades básicas de compras, acomodação, alimentação e serviços (OMT, 2003);
- **Destinos Turísticos** - lugares onde ocorrem os elementos mais significativos e dramaticos do sistema de ecoturismo. e onde a industria que lida com o fluxo de ecoturismo está localizada: ou seja, onde se encontram as atrações e todas as outras instalações de apoio que o visitante necessita, segundo Cooper (2007).

Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: uma visão global

Para o contexto internacional, resulta imprescindível considerar o caso da Costa Rica⁸, onde 2/3 turistas visitam zonas protegidas e reservas (OMT, 2019). Dados recentes indicam que o país recebeu mais de 2,96 milhões de turistas em 2017, com um impacto econômico de cerca de US \$ 3.864 milhões, gerando 35,4% da moeda estrangeira em dólares e 6,7% do total do Produto Interno Bruto (OMT, 2019).

Para Marta Nello Andreu (2008, p. 18),

A Costa Rica apresenta um estágio avançado de ecoturismo, pois incorpora as comunidades locais como protagonistas de seu desenvolvimento, que se encarregam de proteger e valorizar o patrimônio natural e cultural e ter valor econômico. Tornando-se o setor produtor mais importante de sua economia.

⁸ A Costa Rica conta com 6% do total da biodiversidade mundial. Quadruplicou de 246,737 em 1986 a 1,031,585, turistas em 1991 e em 2017, recebeu 2,96 milhões de turistas.

Ecoturismo em Africa

O ecoturismo em Africa é um pouco antigo, mesmo que não seja está a denominação. Em 1960, David Westem começou um trabalho de aproximação ao problema de conservação dos recursos naturais da zona de Kilimanjaro, afirmando que já era tempo de maior protagonismo local. Em suas palavras, os habitantes locais devem ser os principais beneficiários e fiscais dos recursos naturais (Ceja, 2007a, p.9). Destacamos dois casos práticos, cujas economias, estáveis em termos político-militar, assistem a um crescimento a partir de aplicações de estratégias vinculadas ao ecoturismo:

- **Namíbia:** as suas perspectivas de desenvolvimento estão contidas na Visão 2030 que trata amplamente de todos os aspetos do ambiente, incluindo a água, o uso da terra e da biodiversidade. O ecoturismo é um fator significativo da economia, com ganhos de 2%, ou seja, cerca de 139 milhões de dólares anos, no seu Produto Interno Bruto (PIB), em 2007; gerador de 2,72% de emprego e uma perspectiva de crescimento de 6% (OKACOM, 2011). Parte deste ecoturismo é resultado das ações de desenvolvimento feitas na região do Cubango – Okavango. O seu ecoturismo está baseado em safaris; na sua ampla diversidade de grupos étnicos e nas suas terras.
- **Botsuana:** o ecoturismo constituiu a segunda maior verba em termos de receitas para o país, com cerca de 5% para o PIB em 2000. Devido a sensibilidade do ecoturismo, houveram distúrbios no delta do Okavango que fizeram cair a demanda dos turistas e a taxa de crescimento em 2,1% do PIB em 2007. Em 2018, o ecoturismo já representava 18% do PIB deste país. Mendelsohn e Obeid (2005, p. 122) revelam que o ecoturismo, através do Delta do Okavango, ajudou a dar a conhecer o Botswana ao mundo, granjeando-lhe uma reputação em África.

Namíbia e Botsuana não são os únicos que tiveram impulso com o ecoturismo, Cejas (2007b) e Castro (2009) informam que na década 1990 o sector do ecoturismo se converteu em um importante componente do PIB. Tal é o caso de Seychelles (21%); Mauricio (13%); Tanzânia (8,7%); Africa do Sul (6%)⁹ Quénia (5,1%) e o mesmo se registou em anos posteriores com a, Gambia e Zimbabué. Angola pode contar com a proximidade geográfica que mantém com estes países para desenhar as suas estratégias de desenvolvimento do ecoturismo.

⁹ Embora tenha uma participação no PIB de 6%, em termos de valores reais, a Africa do Sul é o país da Africa subsariana que mais receitas arrecada: 40 mil milhões de Dolores americanos em 2011.

¹⁰ Plano Director do Turismo de Angola (2013).

2. DESAFIOS PARA O ECOTURISMO EM ANGOLA

2.1. Caracterização do local de estudo

Angola é um país localizado na África Austral, com uma superfície territorial de 1.246.700 Km², sua capital é Luanda e conta com 18 províncias, possui terras húmidas em toda a sua extensão territorial de 199.049 Km² que vão resultar na conhecida Bacia Hidrográfica do Okavango. Através desta bacia, os rios e precipitação regulares do Cuando Cubango são o principal afluente do Delta do Okavango no Botswana.

Ilustração 1 - Mapa de África



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/africa>

Em termos da sua estrutura económica, Angola sempre viveu das receitas da exploração dos seus recursos minerais: petróleo e diamante. É parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), conforme tabela a seguir. Para além destes, possui também outros potenciais: bauxite, mineiro de ferro, urânio, cobre e recursos piscatórios, segundo Fernando (2015a, p. 122).

Tabela 1 - Produção de crude no mundo

1º	EUA	15.700.000
2º	Arabia Saudita	12.200.000
3º	Rússia	11.200.000
	(...)	
17º-	Angola	1.700.000

Fonte: Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP (2019)

A crise financeira e económica dos anos 2012 e 2018 em Angola, consequência da redução em mais de 50% do preço do petróleo no mercado internacional, uma recessão financeira estrutural, com consequências gravosas nos indicadores macroeconómicos, como o emprego, a inflação, a produção e redução das despesas públicas, veio demonstrar a necessidade de alternativas ao nosso sistema económico. As receitas do sector petrolífero representaram nos últimos orçamentos públicos, quase 80-90 % do total das necessidades financeiras do país.

É imprescindível a médio e longo prazo um novo paradigma com base noutros sectores estratégicos, como o ecoturismo, para o desenvolvimento da economia local. Este pensamento está em linha com a nova visão política do governo de Angola, que coloca o turismo como o eixo estratégico/cluster para a diversificação económica, bem como, para promover a estabilização da economia nacional, por representar uma das áreas mais geradoras de receitas e de emprego no contexto global.

Angola é tipicamente turístico, repleto de recursos naturais (faunísticos, florísticos e minerais) e antrópicos (histórias, estórias, contos, tradições e costumes) que potenciam a região para o desenvolvimento do ecoturismo, agroturismo, turismo de aventura, etnoturismo e turismo comunitário. A existência de numerosos recursos turísticos naturais, culturais e históricos inexplorados e não especificados permite projetar um novo paradigma para o país baseado num processo de desenvolvimento sustentável do ecoturismo, para minimizar a atual crise financeira e económica que existe nas zonas recônditas do país.

Importa destacar que Angola é o país mais próximo da colónia britânica de Santa Helena. Conta com uma população estimada em 30 milhões de habitantes. Possui 18 províncias e distintos subgrupos étnicos, porém a sua língua oficial é o português e as línguas locais mais faladas são o Umbundo, o Kimbundu e o Quicongo.

O Clima em Angola tem duas estações: a das chuvas, período mais quente que ocorre entre os meses de setembro a maio, e a do Cacimbo. A do Cacimbo ou Seca é menos quente e vai de maio a setembro. O país possui uma situação geográfica peculiar, por estar na zona intertropical e subtropical do hemisfério Sul, ser próximo ao mar, e pelas especificidades do seu relevo, divide-se em duas regiões climáticas distintas: A Região Litoral - com humidade relativa média anual de 30% e temperatura média superior aos 23°C e A Região do Interior, subdividida em Zona Norte, com elevadas quedas pluviométricas e temperaturas altas, zona de Altitude que abrange as regiões planálticas centrais com uma estação Seca de temperaturas baixas e a Zona Sudoeste, semiárida em consequência da proximidade do deserto do Namibe, extensão do deserto do Kalahari, sujeita a grandes massas de ar tropical continental. As Temperaturas Médias do país são: 27°C máxima e 17°C mínima. A esta diversidade climática corresponde um potencial turístico representado por um património natural riquíssimo em flora e fauna diversificada, possibilitando a prática de todo tipo de atividades de lazer, hobbies e aventuras.

No âmbito económico, os estudos revelam que em 1908 a borracha representava 65% das exportações do país, mas foi a produção de café que marcou a economia nacional no período colonial, essencialmente na primeira parte do século XX. Entre 1946 e 1972, chegou a ser o principal produto de exportação. A venda do petróleo abafou o Café, essencialmente depois do alcance da independência em 1975. Hoje, Angola é um país fortemente dependente do petróleo. Os indicadores macroeconómicos revelam que o país apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano 0,45 (baixo). Hoje é um país imensamente rico em recursos naturais, tais como petróleo, diamantes, ferro, carvão, ouro e terras agrícolas férteis, mas sente-se a falta de um competente processo de industrialização e tecnologia (Rocha, 2011a).

Nos últimos anos, depois do fim do conflito armado e em consequência do aumento do preço petróleo por barril, o país viveu grandes momentos da sua economia, com a taxa média de crescimento a variar entre os 2% aos 14%¹¹. Estima-se que nesta altura a inflação suportada por produtos do exterior chegou aos 7% e a taxa de desemprego não oficial aos 24%.

¹¹ Instituto Nacional de Estatística (2019).

Considera-se que o sector terciário, dos serviços, onde encontramos actividades como o comércio e o turismo estiverem a variar entre os 34% aos 48% do Produto Interno Bruto entre 2002 a 2016. No entanto o turismo apenas contribui com cerca de 0,6% no PIB (Fernando, 2015b).

Vários estudos sobre o turismo em Angola, associam o país a dois tipos: turismo de massa e o turismo alternativo. Primeiro devido aos seus 1600 Km de costa no Oceano Atlântico e depois devido os seus imensos recursos naturais. Com um repositório de praias e baías excelentes para a prática da pesca desportiva e para a instalação de estâncias balneares. Dada a sua dimensão, Angola contém uma variedade de paisagens que vão desde as exuberantes florestas tropicais no Norte, às savanas no centro, às estepes secas no sul e sudeste e sendo ainda banhado pelo deserto da Namíbia (Sarmiento, 2016). Citando Fernando (2015c, p. 124) “especificamente em relação ao sector do ecoturismo, na história de Angola nunca houve uma tradição turística, dado que possui recursos naturais”. E mesmo como colónia, Angola era encarada mais para outros recursos mais imediatos, relegando o turismo a um Centro de Investigação Turística de Angola (CITA), que apenas funcionou durante um ano, desaparecendo em 1975, quando Angola teve a sua independência de Portugal.

Partindo do conceito do ecoturismo, como:

Um dos segmentos do ecoturismo praticado em áreas naturais, o qual oferece ao turista contacto directo com a natureza. Tem como objectivo usar de maneira sustentável os patrimónios natural e cultural, utilizando os recursos naturais de forma não predatória e minimizando os impactos negativos no meio ambiente e na população local (Fabrício, 2015, p. 103).

Neste segmento, o Governo de Angola¹² fez um diagnóstico de todos os Parques Nacionais e Áreas de Conservação que concorrem para a prática do ecoturismo, de forma a avaliar as suas carências específicas e poder garantir a proteção, sob os seguintes desígnios:

- Conservação das espécies da fauna e da flora e os seus habitats;
- Manutenção dos equilíbrios ecológicos;
- Proteção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação;
- Povoamento e repovoamento; e,
- Estudos e pesquisas científicas.

¹² Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação do Governo de Angola.

O Governo de Angola reconhece os seguintes Parques e Reservas nacionais¹³, onde se pode desenvolver ações sustentáveis de ecoturismo: Parque Nacional do Mavinga; Parque Nacional da Cameia; Parque Nacional da Cangandala; Parque Nacional da Mupa; Parque Nacional da Quissama; Parque Nacional de Iona; Parque Nacional do Bicuar; Parque Nacional do Luengue-Luiana; Parque Regional da Chimalavera; Reserva Búfalo; Reserva do Luando e Reserva Natural do Ilhéu dos Pássaros. Estas zonas na sua maioria mantiveram-se virgens durante os anos de conflito armado e não foram alvo de êxodo populacional, fatores que impulsionam a preservação da sua biodiversidade.

Já o Plano Nacional do Turismo de Angola 2011-2020 reconhece quatro polos de desenvolvimento do turismo e dois deles estão associados ao fomento do ecoturismo:

- Futungo de Belas (Luanda) cuja principal atração é a Baía do Mussulo
- Cabo Ledo (Luanda), centrada na atração da área de spa que se estende por cerca de 20 km,
- Kalandula (Malanje), gerando propostas em torno das Cataratas de Kalandula que configura um desenvolvimento sustentável;
- Okavango (Cuando Cubango) enquadrado nas áreas partilhadas com o projecto transfronteiriço Okavango-Zambeze.

A par dos polos, Angola inscreveu no dia 8 de julho de 2017, na 41.ª Sessão da Comissão de Património Mundial da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Cidade de Nbanza Congo, capital do antigo Reino do Congo, como patrimonial imaterial da humanidade¹⁴. No mesmo caminho, esta a heroica Batalha do Cuito Cuanavale¹⁵ que confirmou a soberania de Angola, enquanto nação independente, trouxe independência a República da Namíbia e colocou fim ao apartheid na República da África do Sul. Ao abrigo do Decreto-lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro, considera-se turismo de natureza, “o produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de Área Protegidas”. O turismo de natureza desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de

¹³ As áreas de conservação ocupam 13% do território nacional (Ministério do Ambiente).

¹⁴ Nova Gazeta (2017) Mbanza Congo já é património mundial. Luanda, obtido em 13 de Julho de 2017.

¹⁵ O dia do fim da Heroica Batalha do Cuito Cuanavale já concebida como dia da Comunidade da África Austral e feriado nacional.

atividade e serviços de animação ambiental, que permitem a contemplação e fruição do património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural.

Os dados do sector da Hotelaria e Turismo revelam que esta reduzir o número de turistas que visita o país. Só em 2017 entraram em Angola 260.961 turistas, representando uma redução na ordem dos 34%. No mesmo ano foram registados cerca de 17 milhões de dólares em termo de receitas, representando cerca de 3,5% do Produto Interno Bruto de Angola. No gráfico a seguir, apresentamos os dados do sector referente aos últimos dois anos. Importa realçar que não existe uma indústria do ecoturismo compacta e interligada, como acontece por exemplo na Namíbia, onde os serviços de hotelaria e turismo funcionam; as infraestruturas estão disponíveis e os destinos turísticos são promovidos, havendo uma grande participação das comunidades locais e rigorosas medidas de conservação do meio ambiente. A falta de um exercício de estatística, ao alto nível, como referiu a antiga Ministra do Turismo de Angola, Ângela Bragança, em 2019¹⁶, dificulta a elaboração de um anuário sobre o desempenho do ecoturismo no país. Os dados compilados pelo sector são recolhidos das entidades que laboram no turismo, mas revelam uma ambiguidade porque não destringem devidamente: os turistas; viajantes; excursionistas e estrangeiros em viagem por outros motivos. Aqui abre-se mais um caminho para investigadores estatísticos poderem desempenhar o seu papel no registo e no impacto atual do ecoturismo no país. Enquanto isso, Bragança reconheceu a redução do número de turistas no país, devido a crise económica e financeira iniciada em 2012, que continua até nos dias de hoje. Isto demonstra que os estrangeiros visitam o país inicialmente para trabalho ou negócios e aproveitam os tempos livres para desfrutar do turismo local. É dizer que Angola, segundo o Instituto de Fomento do Ecoturismo do Ministério do Ecoturismo (INFOTUR,2019), ainda não é um destino turístico, embora tenha 200 hotéis e outros similares.

Tabela 2 - Quadro estatístico

Anos	Turistas
2017	260.961
2016	397.485
2015	592.000
2014	710.400

Fonte: Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística do Ministério da Hotelaria e Ecoturismo, 2018

¹⁶ Fórum Mundial de Turismo, 2019.

As províncias de Luanda, Benguela, Huila e Huambo são as que mais turistas receberam. Ao passo, que os principais emissores no continente africano foram a África do Sul, Namíbia e República Democrática do Congo. A modalidade mais frequente foi o ecoturismo de negócio. Para lá do continente africano, os dados estatísticos revelam que Portugal continua a liderar a lista de países emissores de turistas para Angola.

Gráfico 1 - Países emissores de turistas



Fonte: GEPE do Ministério de Hotelaria e Ecoturismo (2018)

Angola desde a sua colonização até presente não havia demonstrado interesse estratégico e de cumprimento pelo turismo. hoje, com um quadro económico caótico, o turismo poderia contribuir muito mais para a criação de emprego, geração de renda, divisas e desenvolvimento social, se estivesse organizado (Fernando, 2015d, p.126). Com a criação de parques, reservas naturais e coutadas; Polos de Desenvolvimento Turísticos; um Plano Director do Turismo; o país possui condições endógenas para poder expandir a sua indústria do turismo nos territórios subdesenvolvidos. Alemán e Hereida (2013, p. 106) teorizam que “el Estado está obrigado a desempenhar um papel activo nos territorios subdesenvolvidos”. Para fazer frente aos desafios do ecoturismo, Figueira e Dias (2011, p.136) propõe um conjunto de parâmetros para mitigar os desafios da aplicação de sustentabilidade: responsabilidade; envolvimento e liderança; cooperação; educação; criatividade social e liberdade.

Angola adere à Organização Mundial do Turismo em 1989, no decorrer da 8.^a Assembleia Geral da OMT realizada em Paris, França, nos finais do mês de setembro e princípio do mês de outubro. Em 1990, durante as comemorações do Dia Mundial do Ecoturismo, promoveu-se a primeira conferência verdadeiramente multisectorial e as recomendações delas resultantes continuam a orientar os trabalhos do sector, segundo Angola (2016). A ratificação do Protocolo de Cooperação com o Zimbabwe em 2004, consubstanciado na formação e intercâmbio de experiências; a elevação das sete maravilhas naturais como identidades nacionais; a assinatura do acordo de Ramsar, para preservação dos ecossistemas; assinatura do Tratado que estabelece a Área Conservação Transfronteiriça Okavango-Zambeze, o país está estruturando-se para a longo prazo ser de facto uma potência no ecoturismo, mas advinha-se muito trabalho pela frente que requerer uma intensa entrega de toda sociedade.

Fernando (2015e, p. 126) reforça “na realidade o sector necessita de um plano de desenvolvimento e uma definição de objectivos, que são prioritários para a actividade turística, onde se indiquem os meios para alcançar, maximizando os benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais”. O desenvolvimento da estratégia nacional do ecoturismo começa a ganhar corpo com o surgimento de um novo ambiente político no país. A investidura do novo presidente da república, em finais de 2017, com sentido virado ao desenvolvimento económico veio trazer um novo alento ao país, onde já se pode pensar em crescimento do ecoturismo. Uma das medidas acertadas pelo executivo para aumentar a chagada de turistas em Angola foi a isenção e simplificação de vistos de entrada no país. O Decreto Presidencial 56/18, de 20 de fevereiro estabelece a isenção de visto de ecoturismo para estadia até 30 dias por entrada e 90 dias por ano aos cidadãos nacionais das Repúblicas de Botsuana, Ilhas Maurícias, Seychelles, Singapura e Zimbabwe. Num outro documento, o Decreto Presidencial 321/17 de 29 de novembro, o Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, isentou, por Decreto Presidencial, vistos nos passaportes ordinários dos Sul-africanos, Moçambicanos e já se pensa na atribuição dos vistos de fronteira.

Ainda neste âmbito, o governo angolano¹⁷ adotou mecanismos de simplificação de vistos de turismo aos cidadãos nacionais de países como: membros da União Europeia, Estados Unidos de América, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, China, Brasil, Federação Russa, Argélia, Argentina, Austrália, Cabo Verde,

¹⁷ Decreto Presidencial 56/18 de 20 de fevereiro.

Canada, Chile, Conselho Federal Suíço, Coreia do Sul, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Estado Vaticano, Índia, Indonésia, Islândia, Israel, Japão, Madagáscar, Malawi, Marrocos, Mónaco, Nova Zelândia, Reino do Lesoto, São Tomé e Príncipe, Suazilândia, Timor Leste, Uruguai, Venezuela e Zâmbia. A solicitação de visto pode ser feita Online¹⁸

É também essencial afirmar que mais do que a isenção e simplificação de vistos. Existem outras barreiras internas que podem inviabilizar o desenvolvimento do ecoturismo, quer de massas ou alternativo. “Com efeito, e para mim, o problema (...) do país é primeiro político, talvez cultural e só depois burocrático e organizacional” (Rocha, 2011b, p. 10).

2.2. Desafios

Como já referimos antes, as mudanças no espectro político poderão ter um grande impacto no desenvolvimento social do país, se haver mais do que os documentos estratégicos, o cumprimento de ações na perspectiva do desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental. As ações práticas devem começar a partir de quatro atores:

- Governo: criação de infraestruturas de apoio ao sector hoteleiro, como a eletrificação do país, a distribuição de água potável, a melhoria das vias de circulação, o acesso as comunicações e facilitação de créditos;
- Privados: alojamento, restauração, serviços de alimentação e bebidas; turismo de animação, preços razoáveis; promoção dos destinos turísticos; geração de emprego;
- Famílias: a população é um dos ativos importantes na estratégia do ecoturismo, devem estar informadas e formadas das ações necessárias para o desenvolvimento do sector; são as famílias que formam parte do público interno que ocorre aos locais turísticos, trabalha, promove e brinda hospitalidade.
- Sector Externo: fornecer os impute necessários para o desenvolvimento da indústria. Bem como dinamizar a balança de pagamentos e o mercado cambial. Sector externo também assume a responsabilidade de promoção da imagem.

¹⁸ Serviço de Migração e Estrangeiro (2018) Isenção e Simplificação de Visto de Turismo e de Negócio em Angola: Luanda. Site www.smevisa.gov.ao

Em resumo, para implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável com base no ecoturismo em linha com a agenda 2030 o país deverá ultrapassar os seguintes entraves:

- Continuar a melhorar o estado das vias rodoviárias. As obras públicas funcionam como alavanca de qualquer economia que pretenda recuperar atrasos e estruturar o seu desenvolvimento futuro em bases sustentáveis (Rocha, 2011c). Este é nos nossos dias ainda um grande problema. Toda malha rodoviária ficou afectada com a guerra que terminou em 2002 e muitas ligações interprovinciais nunca chegaram a beneficiar de asfalto ou terraplanagem desde a época colonial. Os acessos permitem maior avanço dos assentamentos humanos;
- O desenvolvimento sustentável só será alcançado se existir mobilização e motivação de toda a sociedade, a fim de se definir um sistema alternativo de vida, com padrões de comportamento, de produção e de consumo que atendam ao menos às necessidades básicas de cada indivíduo e às prioridades coletivas determinadas através de processo democrático (Barros, 1999).
- Um outro problema derivado do conflito armado foram as minas antitanque e antipessoais espalhadas pelo país. Angola já chegou a ser um dos países mais minados do mundo. Porém, há mais de 15 anos que têm havido um intenso trabalho de desminagem. O processo de desminagem em Angola já permitiu retirar do solo mais de três mil milhões, 483 milhões e 653 mil minas, numa extensão de 8.506.355 metros quadrados de estradas, 7.765.409 metros quadrados de engenhos explosivos remanescentes da guerra, numa operação realizada por quatro mil pessoas. A intenção do Governo é livrar o país das minas até 2025¹⁹.
- Alinhadas as dificuldades das infraestruturas rodoviárias no país, estão a reduzida eletrificação do país e a falta de água potável que influenciam os custos operacionais do sector hoteleiro. Quase 65% da população vive sem energia elétrica²⁰. Muitas famílias e empresas sobrevivem com Termo geradores, fator que encarece ainda mais o custo de vida, além das consequências nefastas a

¹⁹ http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/angola_prossegue_a_guerra_da_desminagem consultado em 30 de março de 2019.

²⁰ <http://pt.euronews.com/2017/08/22/angola-os-desafios-da-eletrificacao>.

biodiversidade. Já a água potável em Angola chega apenas a 44% da população²¹, um indicador muito baixo para a demanda do sector do ecoturismo.

- Angola é um país com vários rios e a gestão eficiente dos seus recursos ainda configura um desafio nacional. Em linha com o objetivo n.º 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a disponibilidade de água de qualidade às comunidades tem sido uma aposta política através do programa água para todos no meio rural com uma taxa de cobertura de 70,3%.
- As diárias nas Unidades Hoteleiras do país e similares são muito altas, quando comparados a outros mercados da região. A antiga Ministra do Turismo, Ângela Bragança, falou, no Conselho Consultivo²² do seu Ministério, da necessidade de redução dos preços. Entretanto os operadores alegam que a redução de preços depende muito da redução dos custos operacionais, com a água potável, a energia elétrica e um saneamento básico. Pelo modelo da economia angolana, o Governo tem funções dentro do sistema económico. É necessário que esta intervenção tenha resultados estruturais para o comércio. O secretário-geral da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA)²³, Ramiro Barreira, defende melhores condições do mercado para os hoteleiros;
- É imprescindível a valorização das diferenças étnicas, do património, da cultura, da tradição, e da aposta no profissionalismo com qualidade. Essencial, mais do que uma promoção externa, focar-se no ecoturismo interno partindo da metodologia de que as comunidades sejam ativos principais;
- Transformar todas as zonas do país, em locais de destino turístico. A turistificação das áreas rurais é assim apontada como uma possível solução dos problemas (Burnay, 1997 citado por Matias, Alvaro, & Sardinha, 2009, p.105).

É essencial, como conclusão deste ponto, o envolvimento ativo do Estado no sector do turismo tendo como referência dois objetivos: criação de estruturas organizacionais que visam aumentar o número de turistas; regulação do funcionamento do sector empresarial do turismo em termos gerais e uma das oportunidades que poderá

²¹ Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. INE, Março 2016.

²² Conselho Consultivo do Ministério da Hotelaria e Turismo, Sumbe, 2018.

²³ Congresso de Hotelaria e Turismo – 26 a 27 de setembro de 2019, em Luanda.

beneficiar as comunidades locais é o ecoturismo baseado na comunidade dado que os seus benefícios associados podem proporcionar um ponto de partida fundamental para o melhoramento das formas de subsistência.

O Ministério do Turismo²⁴ também considera como condicionantes a serem supridas para o desenvolvimento do Ecoturismo os seguintes: A falta de formação de quadros para atender os vários segmentos do sector; os acessos aos locais turísticos; a falta de produção interna para reforçar a cadeia logística do sector; a falta de equipamentos hoteleiros; produção de estatísticas; deixar de ter dependência excessiva do turismo de negócios; inventariação dos recursos turísticos como património histórico-cultural e natural do ecoturismo; crescimento urbano e descentralização; e necessidade de protocolos de cooperação.

CONCLUSÃO

O ecoturismo configura-se como a principal modalidade a ser desenvolvida no contexto da ampla Biodiversidade do País, que poderá ter reflexos na comunidade local e na economia. Com este trabalho, pretende-se fortalecer a base de informação necessária para o alinhamento de estratégias e ações do ecoturismo. O estado da arte nos permite concluir que o ecoturismo desenvolve uma larga relação com as plantas e animais. Os atrativos naturais sempre foram um grande estímulo para o deslocamento dos turistas, e a utilização da natureza como cenário é o diferencial de diversos destinos turísticos pelo mundo. A caracterização do país nos permite entender que as autoridades angolanas consideram pertinente o ecoturismo e o seu impacto no desenvolvimento social e económico. O país reúne informação necessária para desenvolver de forma sustentável o turismo. Ratificou acordos no âmbito da conservação, tem planos estratégicos locais, regionais e nacionais, domina os dados do terreno sobre o ecoturismo de natureza, mas precisa fazer mais investimentos.

²⁴ Ministra do Turismo, Ângela Bragança in fórum Mundial do Turismo, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aleman, A. M. A., & Heredia, R. E. B. (2013). *Desenvolvimento territorial a escala local*. Havana: Editoria UH.
- Anuário de Estatística do Turismo (2014). *Planeamento e Estatística do Ministério do Turismo*. República de Angola.
- Anuário de Estatística do Turismo (2018). *Planeamento e Estatística do Ministério do Turismo*. República de Angola.
- Andreu, M. N. (2008). *Organización y características del ecoturismo rural comunitario en Costa Rica*. Universitat Rovira i Virgili: Virgili.
- Baptista, A. (2019). *Estratégias do Desenvolvimento Económico*. Disponível em: <http://pensaeconomia.blogspot.com/2011/07/estrategias-de-esenvolvimento.html?m=1>
- Barros, P. M. (1999). *Modelo De Planeamento Para Implementação E Desenvolvimento Do Ecoturismo*. Universidade Federal de Santa Catarina: Santa Catarina
- Bragança, A. (2019). *Informe do sector do Turismo*. Fórum Mundial do Turismo, Luanda.
- Ceballos-Lascuráin, H. (1998). *Ecoturismo. Naturaleza y Desarrollo Sostenible*. Editorial: Diana. México.
- Cejas, M. (2007). Ecoturismo: el discurso de un nuevo paradigma conservacionista: Reflexiones sobre casos en África. *XVII Simposio Electrónico Internacional*: Ceid.
- Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze (2015). *Um relatório da comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze*. Harare.
- Comissão de Conservação do Okavango (OKACOM) (2017). *Relatório do Estado da Bacia do Rio Cubango*. Okavango, setembro de 2017.
- Cooper, C. (2007). *Ecoturismo: Principios e prática*. São Paulo.
- Da Costa, J. M. (2017). *Gestión Del Desarrollo Local Endógeno De La Provincia De Kwanza Sul, República de Angola: Caso del Municipio Sumbe*. (Tese de Doutoramento). La Habana.

Da Rocha, M. J. A. (2011). *Por onde vai a economia angolana? – interrogação*. Mayamba: Luanda.

Decreto Presidencial 56/18 de 20 de Fevereiro.

Engels, F. (2003). *Objeto y metodo de la economia politica*. Editorial Nuestro Tiempo. S.A Mexico. Disponível em: <https://ru.iiec.unam.mx>

Fabício, A. C. B. (2015). *Ecoturismo: Meio ambiente e sustentabilidade*. São Paulo: interSaberes.

Fernando, M. (2015). *O Turismo em Angola: o caso específico do Mussulo*. Luanda: Mayamba..

Governo de Angola (2019). Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação .

Governo Provincial de Cuando Cubango (2014). *Plano Diretor de Turismo para a província do Cuando Cubango*. Angola

Heredia, R. E. B. (2000). *A lógica de capitalismo*. Universidad de la Habana: Habana.

INE. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao>

Karl, M.(2008). *EL CAPITAL. (Tomo II.) El proceso de circulación del capital*. Biblioteca del pensamiento socialista. Siglo XXI de España Editores S.A Madrid. Disponível em: <https://proletarios.org>

Matias, A., & Sardinha (2008). *Avança em economia e gestão do turismo – novas tendências, sustentabilidade e desenvolvimento regional*. Lisboa. Instituto Piaget;

Mendelshon, J., & Obeid, S. (2004). *Rio Okavango, a Fonte da Vidas*. Struik publishers.

ONU (2017). *Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo*. Genebra.

Organização Mundial do Turismo (2003). *Sinais e simbolos turísticos – guia ilustrativo e descritivo*. São Paulo: Editora Roca Ltda

Organización Mundial del Ecoturismo (2004). *Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: Uma compilação de boas praticas*. Editora Roca Ltda: São Paulo

Decreto Presidencial 56/18 de 20 de Fevereiro.

Organización Mundial del Ecoturismo (2015). *Manual técnico da UNWTO: Colecta de Estatísticas*

Organización Mundial del Ecoturismo (2017). *Manual técnico da UNWTO: Colecta de Estatísticas*

Organización Mundial del Ecoturismo (2019). *Manual técnico da UNWTO: Colecta de Estatísticas*

Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP (2019). *Relatório*. Viena.

Quesnay, F. (1972). *Le tableau économique y otros estudios económicos*. Editorial Ministerio de empleo y seguridad social. Disponible en <https://www.todostuslibros.com>

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. D. (2011). *Economia*. McGrawHil, Lisboa.

Serviço de Migração e Estrangeiro (2018). *Isenção e Simplificação de Visto de Turismo e de Negócio em Angola*. Luanda. Disponível em: www.smevisa.gov.ao

Torres, S. R., & Cervele, L. L. (1998). *Introducción al estudio de la economía política: objeto y método de economía política*. La Habana.

WEBGRAFIA

http://www.cpires.com/angola_parques.html, consultado em 20 de Março de 2019.

<https://noticias.sapo.ao/economia/artigos/covid-19-setor-do-ecoturismo-perde-diariamente-um-milhao-de-empregos-no-mundo> pesquisado em 4 de Maio de 2020.

[http://consultas.smevisa.gov.ao/\(S\(hf2zafjzfqojz3aln0eqopq5\)\)/index.asp](http://consultas.smevisa.gov.ao/(S(hf2zafjzfqojz3aln0eqopq5))/index.asp) consultado em 21 de Março de 2019.

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/angola_prosegue_a_guerra_da_desminagem consultado em 20 Março de 2019.

<http://pt.euronews.com/2017/08/22/angola-os-desafios-da-eletrificacao> consultado em 25 de Março de 2019.

http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/angola_prosegue_a_guerra_da_desminagem
<http://pt.euronews.com/2017/08/22/angola-os-desafios-da-eletrificacao> consultado em 26 de Março de 2019.